



Ofício n.º 253/2022

Brasília-DF, 01 de setembro de 2022.

Ao

Sr. Paulo Henrique Adorni França
Tribunal de Contas do Distrito Federal

Serviço de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional - SEGEDOC

Assunto: Repactuação Contratual e Reajuste do EPI e plano de saúde

Senhor Gestor,

A Associação do Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE) vem encaminhar, a planilha de formação de preço com as devidas alterações para análise no processo de repactuação retroativo a maio do ano em curso, conforme acordo coletivo da categoria ano 2022/2023 anexo e reajuste do EPI e plano de saúde.

Sendo o que tinha para informar, coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento sobre o assunto.

Respeitosamente,

Célia Oliveira

Analista Administrativo - CETEFE

E-MAIL: auditoria@cetefe.org

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço:	Digitalização	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº)		
Sindicatos - Vinculados à execução contratual		Sigla	CNPJ nº:
3	Categoria Profissional	CETEFÉ	26.444.653/0001-53
4	Sindicato Patronal	SENALBA - DF	00.627.679/0001-43
5	Data - Base da Categoria (dia/ mês):	01/05	
6	Vigência do ACT considerada:	01/05/22	01/05/22
DETALHAMENTO DO CUSTO DIRETO DO POSTO (CD)			
Planilha de Custo e Formação de Preços - Supervisor de Equipe (Segunda a Sexta)			
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
1	Módulo 1: Composição da Remuneração		
A	Salário-Base		R\$ 4.042,68
B	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012 - Art. 193 - CLT)		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
Subtotal da Remuneração para incidência das contribuições sociais e custos trabalhistas:			R\$ 4.042,68
	<u>Verbas de natureza indenizatória</u>		
G	Indenização por Intervalo Intra jornada não concedido		R\$ -
1	Total da Remuneração – Módulo 1:		R\$ 4.042,68
2	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
<i>Submódulo 2.1 – Benefícios Mensais e Diários:</i>			
A	Transporte		R\$ 242,00
B	Desconto Legal do Vale-Transporte (6% salário-base)		
C	Auxílio-Alimentação		R\$ 704,00
D	Plano de Saúde		R\$ 218,72
E	Seguro de Vida		R\$ 5,00
F	Assistência Odontológica		R\$ 22,95
G	Auxílio Funeral ao Empregado		
H	Contribuição Assistencial Patronal		
<i>Total de Benefícios Mensais e Diários - Submódulo 2.1:</i>			R\$ 1.192,67
<i>Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:</i>			
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC ou SEST	0,00%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC ou SENAT	0,00%	R\$ -
D	INCRA	0,00%	R\$ -
E	Salário-Educação	0,00%	R\$ -
F	<u>FGTS</u>	8,00%	R\$ 323,41
G	RAT ou antigo SAT/INSS	0,00%	R\$ -
H	SEBRAE	0,00%	R\$ -
I	PIS	0,00%	R\$ -
<i>Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições - Submódulo 2.2:</i>		8,00%	R\$ 323,41
<i>Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias</i>			
A	<u>13º Salário</u>	8,33%	R\$ 336,89
B	<u>Adicional de Férias</u>	2,78%	R\$ 112,30
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,89%	R\$ 35,93
D	Inc. Multa do FGTS rescisão sem justa causa sobre 13º e Adicional de Férias	0,36%	R\$ 14,37
<i>Total 13º Salário e Adicional de Férias – Submódulo 2.3:</i>		12,36%	R\$ 499,49
<i>Submódulo 2.4 – Afastamento-Maternidade:</i>			
A	Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade	0,07%	R\$ 2,99
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais	0,01%	R\$ 0,24
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o período de licença-maternidade	0,05%	R\$ 2,16
<i>Total Afastamento-Maternidade – Submódulo 2.4:</i>		0,13%	R\$ 5,39
2	Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários - Módulo 2:		R\$ 2.020,96
3	Módulo 3: Provisão para Rescisão		
A	<u>Aviso Prévio Indenizado</u>	0,35%	R\$ 14,08
B	Incid. do submódulo. 2.2 sobre o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º	0,002%	R\$ 0,08
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,011%	R\$ 0,45
D	Multa do FGTS para Rescisão sem justa Causa	3,20%	R\$ 129,37
E	Indenização Adicional	0,08%	R\$ 3,37
3	Total da Provisão para Rescisão – Módulo 3:	3,64%	R\$ 147,35
4	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A	Reposição relativa a Férias	8,33%	R\$ 336,89
B	Reposição relativa a Ausência por Doença	1,15%	R\$ 46,49
C	Reposição referente a Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,84
D	Reposição em razão de outras ausências legais	0,28%	R\$ 11,23
E	Reposição relativa a Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 13,48
F	Reposição devido a concessão de Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R\$ 3,93
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição	0,82%	R\$ 33,03
H	Incidência dos submódulos 2.3, 2.4 e módulo 3 sobre o Custo de Reposição	1,65%	R\$ 66,61
4	Total do Custo de Reposição do Profissional Ausente – Módulo 4:	12,68%	R\$ 512,50
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas constantes dos Módulos 2, 3 e 4:		36,81%	R\$ 1.488,14
5	Módulo 5: Insumos Diversos		
A	Uniformes		R\$ 15,08
B	Equipamentos a serem compartilhados entre os diversos turnos de execução		R\$ -
C	Equipamentos individualizados por profissional do posto - EPI's		R\$ 14,68
5	Total de Insumos Diversos – Módulo 5:		R\$ 29,76
SubTotal Módulos 1, 2, 3, 4 e 5:			R\$ 6.753,25

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço:	Digitalização	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº)		
Sindicatos - Vinculados à execução contratual		Sigla	CNPJ nº:
3	Categoria Profissional	CETEFÉ	26.444.653/0001-53
4	Sindicato Patronal	SENALBA - DF	00.627.679/0001-43
5	Data - Base da Categoria (dia/ mês):	01/05	
6	Vigência do ACT considerada:	01/05/22	01/05/22
DETALHAMENTO DO CUSTO DIRETO DO POSTO (CD)			
Planilha de Custo e Formação de Preços - Digitalizador (Segunda a Sexta)			
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
1	Módulo 1: Composição da Remuneração		
A	Salário-Base		R\$ 1.501,00
B	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012 - Art. 193 - CLT)		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
Subtotal da Remuneração para incidência das contribuições sociais e custos trabalhistas:			R\$ 1.501,00
	<u>Verbas de natureza indenizatória</u>		
G	Indenização por Intervalo Intra jornada não concedido		R\$ -
1	Total da Remuneração – Módulo 1:		R\$ 1.501,00
2	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
	<i>Submódulo 2.1 – Benefícios Mensais e Diários:</i>		
A	Transporte		
B	Desconto Legal do Vale-Transporte (6% salário-base)		
C	Auxílio-Alimentação		R\$ 704,00
D	Plano de Saúde		R\$ 218,72
E	Seguro de Vida		R\$ 5,00
F	Assistência Odontológica		R\$ 22,95
G	Auxílio Funeral ao Empregado		
H	Contribuição Assistencial Patronal		
	<i>Total de Benefícios Mensais e Diários - Submódulo 2.1:</i>		R\$ 950,67
	<i>Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:</i>		
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC ou SEST	0,00%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC ou SENAT	0,00%	R\$ -
D	INCRA	0,00%	R\$ -
E	Salário-Educação	0,00%	R\$ -
F	<u>FGTS</u>	8,00%	R\$ 120,08
G	RAT ou antigo SAT/INSS	0,00%	R\$ -
H	SEBRAE	0,00%	R\$ -
I	PIS	0,00%	R\$ -
	<i>Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições - Submódulo 2.2:</i>	8,00%	R\$ 120,08
	<i>Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias</i>		
A	<u>13º Salário</u>	8,33%	R\$ 125,08
B	<u>Adicional de Férias</u>	2,78%	R\$ 41,69
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,89%	R\$ 13,34
D	Inc. Multa do FGTS rescisão sem justa causa sobre 13º e Adicional de Férias	0,36%	R\$ 5,34
	<i>Total 13º Salário e Adicional de Férias – Submódulo 2.3:</i>	12,36%	R\$ 185,45
	<i>Submódulo 2.4 – Afastamento-Maternidade:</i>		
A	Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade	0,07%	R\$ 1,11
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais	0,01%	R\$ 0,09
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o período de licença-maternidade	0,05%	R\$ 0,80
	<i>Total Afastamento-Maternidade – Submódulo 2.4:</i>	0,13%	R\$ 2,00
2	Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários - Módulo 2:		R\$ 1.258,20
3	Módulo 3: Provisão para Rescisão		
A	<u>Aviso Prévio Indenizado</u>	0,35%	R\$ 5,23
B	Incid. do submódulo. 2.2 sobre o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º	0,002%	R\$ 0,03
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,011%	R\$ 0,17
D	Multa do FGTS para Rescisão sem justa Causa	3,20%	R\$ 48,03
E	Indenização Adicional	0,08%	R\$ 1,25
3	Total da Provisão para Rescisão – Módulo 3:	3,64%	R\$ 54,71
4	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A	Reposição relativa a Férias	8,33%	R\$ 125,08
B	Reposição relativa a Ausência por Doença	1,15%	R\$ 17,26
C	Reposição referente a Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,31
D	Reposição em razão de outras ausências legais	0,28%	R\$ 4,17
E	Reposição relativa a Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,00
F	Reposição devido a concessão de Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R\$ 1,46
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição	0,82%	R\$ 12,26
H	Incidência dos submódulos 2.3, 2.4 e módulo 3 sobre o Custo de Reposição	1,65%	R\$ 24,73
4	Total do Custo de Reposição do Profissional Ausente – Módulo 4:	12,68%	R\$ 190,27
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas constantes dos Módulos 2, 3 e 4:		36,81%	R\$ 552,51
5	Módulo 5: Insumos Diversos		
A	Uniformes		R\$ 15,08
B	Equipamentos a serem compartilhados entre os diversos turnos de execução		R\$ -
C	Equipamentos individualizados por profissional do posto - EPI's		R\$ 14,68
5	Total de Insumos Diversos – Módulo 5:		R\$ 29,76
SubTotal Módulos 1, 2, 3, 4 e 5:			R\$ 3.033,94

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço:		Digitalização
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº)		
Sindicatos - Vinculados à execução contratual			Sigla
3	Categoria Profissional		CETEFE
4	Sindicato Patronal		SENALBA - DF
5	Data - Base da Categoria (dia/ mês):		01/05
6	Vigência do <u>ACT</u> considerada:		01/05/22
01/05/22			
DETALHAMENTO DO CUSTO DIRETO DO POSTO (CD)			
Planilha de Custo e Formação de Preços - Controlador de Qualidade (Segunda a Sexta)			
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
1	Módulo 1: Composição da Remuneração		
A	Salário-Base		R\$ 1.501,00
B	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012 - Art. 193 - CLT)		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
Subtotal da Remuneração para incidência das contribuições sociais e custos trabalhistas:			R\$ 1.501,00
	Verbas de natureza indenizatória		
G	Indenização por Intervalo Intra jornada não concedido		R\$ -
1	Total da Remuneração – Módulo 1:		R\$ 1.501,00
2	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
	Submódulo 2.1 – Benefícios Mensais e Diários:		
A	Transporte		
B	Desconto Legal do Vale-Transporte (6% salário-base)		
C	Auxílio-Alimentação		R\$ 704,00
D	Plano de Saúde		R\$ 218,72
E	Seguro de Vida		R\$ 5,00
F	Assistência Odontológica		R\$ 22,95
G	Auxílio Funeral ao Empregado		
H	Contribuição Assistencial Patronal		
	Total de Benefícios Mensais e Diários - Submódulo 2.1:		R\$ 950,67
	Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:		
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC ou SEST	0,00%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC ou SENAT	0,00%	R\$ -
D	INCRA	0,00%	R\$ -
E	Salário-Educação	0,00%	R\$ -
F	FGTS	8,00%	R\$ 120,08
G	RAT ou antigo SAT/INSS	0,00%	R\$ -
H	SEBRAE	0,00%	R\$ -
I	PIS	0,00%	R\$ -
	Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições - Submódulo 2.2:	8,00%	R\$ 120,08
	Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias		
A	13º Salário	8,33%	R\$ 125,08
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 41,69
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,89%	R\$ 13,34
D	Inc. Multa do FGTS rescisão sem justa causa sobre 13º e Adicional de Férias	0,36%	R\$ 5,34
	Total 13º Salário e Adicional de Férias – Submódulo 2.3:	12,36%	R\$ 185,45
	Submódulo 2.4 – Afastamento-Maternidade:		
A	Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade	0,07%	R\$ 1,11
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais	0,01%	R\$ 0,09
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o período de licença-maternidade	0,05%	R\$ 0,80
	Total Afastamento-Maternidade – Submódulo 2.4:	0,13%	R\$ 2,00
2	Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários - Módulo 2:		R\$ 1.258,20
3	Módulo 3: Provisão para Rescisão		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,35%	R\$ 5,23
B	Incid. do submódulo. 2.2 sobre o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º	0,002%	R\$ 0,03
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,011%	R\$ 0,17
D	Multa do FGTS para Rescisão sem justa Causa	3,20%	R\$ 48,03
E	Indenização Adicional	0,08%	R\$ 1,25
3	Total da Provisão para Rescisão – Módulo 3:	3,64%	R\$ 54,71
4	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A	Reposição relativa a Férias	8,33%	R\$ 125,08
B	Reposição relativa a Ausência por Doença	1,15%	R\$ 17,26
C	Reposição referente a Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,31
D	Reposição em razão de outras ausências legais	0,28%	R\$ 4,17
E	Reposição relativa a Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,00
F	Reposição devido a concessão de Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R\$ 1,46
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição	0,82%	R\$ 12,26
H	Incidência dos submódulos 2.3, 2.4 e módulo 3 sobre o Custo de Reposição	1,65%	R\$ 24,73
4	Total do Custo de Reposição do Profissional Ausente – Módulo 4:	12,68%	R\$ 190,27
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas constantes dos Módulos 2, 3 e 4:		36,81%	R\$ 552,51
5	Módulo 5: Insumos Diversos		
A	Uniformes		R\$ 15,08
B	Equipamentos a serem compartilhados entre os diversos turnos de execução		R\$ -
C	Equipamentos individualizados por profissional do posto - EPI's		R\$ 14,68
5	Total de Insumos Diversos – Módulo 5:		R\$ 29,76
SubTotal Módulos 1, 2, 3, 4 e 5:			R\$ 3.033,94

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço:	Digitalização	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº)		
Sindicatos - Vinculados à execução contratual		Sigla	CNPJ nº:
3	Categoria Profissional	CETEFÉ	26.444.653/0001-53
4	Sindicato Patronal	SENALBA - DF	00.627.679/0001-43
5	Data - Base da Categoria (dia/ mês):	01/05	
6	Vigência do ACT considerada:	01/05/22	01/05/22
DETALHAMENTO DO CUSTO DIRETO DO POSTO (CD)			
Planilha de Custo e Formação de Preços - Preparador (Segunda a Sexta)			
ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
1	Módulo 1: Composição da Remuneração		
A	Salário-Base		R\$ 1.501,00
B	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012 - Art. 193 - CLT)		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
Subtotal da Remuneração para incidência das contribuições sociais e custos trabalhistas:			R\$ 1.501,00
	<u>Verbas de natureza indenizatória</u>		
G	Indenização por Intervalo Intra jornada não concedido		R\$ -
1	Total da Remuneração – Módulo 1:		R\$ 1.501,00
2	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
	<i>Submódulo 2.1 – Benefícios Mensais e Diários:</i>		
A	Transporte		
B	Desconto Legal do Vale-Transporte (6% salário-base)		
C	Auxílio-Alimentação		R\$ 704,00
D	Plano de Saúde		R\$ 218,72
E	Seguro de Vida		R\$ 5,00
F	Assistência Odontológica		R\$ 22,95
G	Auxílio Funeral ao Empregado		
H	Contribuição Assistencial Patronal		
	<i>Total de Benefícios Mensais e Diários - Submódulo 2.1:</i>		R\$ 950,67
	<i>Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:</i>		
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC ou SEST	0,00%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC ou SENAT	0,00%	R\$ -
D	INCRA	0,00%	R\$ -
E	Salário-Educação	0,00%	R\$ -
F	<u>FGTS</u>	8,00%	R\$ 120,08
G	RAT ou antigo SAT/INSS	0,00%	R\$ -
H	SEBRAE	0,00%	R\$ -
I	PIS	0,00%	R\$ -
	<i>Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições - Submódulo 2.2:</i>	8,00%	R\$ 120,08
	<i>Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias</i>		
A	<u>13º Salário</u>	8,33%	R\$ 125,08
B	<u>Adicional de Férias</u>	2,78%	R\$ 41,69
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,89%	R\$ 13,34
D	Inc. Multa do FGTS rescisão sem justa causa sobre 13º e Adicional de Férias	0,36%	R\$ 5,34
	<i>Total 13º Salário e Adicional de Férias – Submódulo 2.3:</i>	12,36%	R\$ 185,45
	<i>Submódulo 2.4 – Afastamento-Maternidade:</i>		
A	Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade	0,07%	R\$ 1,11
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais	0,01%	R\$ 0,09
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o período de licença-maternidade	0,05%	R\$ 0,80
	<i>Total Afastamento-Maternidade – Submódulo 2.4:</i>	0,13%	R\$ 2,00
2	Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários - Módulo 2:		R\$ 1.258,20
3	Módulo 3: Provisão para Rescisão		
A	<u>Aviso Prévio Indenizado</u>	0,35%	R\$ 5,23
B	Incid. do submódulo. 2.2 sobre o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º	0,002%	R\$ 0,03
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,011%	R\$ 0,17
D	Multa do FGTS para Rescisão sem justa Causa	3,20%	R\$ 48,03
E	Indenização Adicional	0,08%	R\$ 1,25
3	Total da Provisão para Rescisão – Módulo 3:	3,64%	R\$ 54,71
4	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
A	Reposição relativa a Férias	8,33%	R\$ 125,08
B	Reposição relativa a Ausência por Doença	1,15%	R\$ 17,26
C	Reposição referente a Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,31
D	Reposição em razão de outras ausências legais	0,28%	R\$ 4,17
E	Reposição relativa a Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,00
F	Reposição devido a concessão de Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R\$ 1,46
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição	0,82%	R\$ 12,26
H	Incidência dos submódulos 2.3, 2.4 e módulo 3 sobre o Custo de Reposição	1,65%	R\$ 24,73
4	Total do Custo de Reposição do Profissional Ausente – Módulo 4:	12,68%	R\$ 190,27
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas constantes dos Módulos 2, 3 e 4:		36,81%	R\$ 552,51
5	Módulo 5: Insumos Diversos		
A	Uniformes		R\$ 15,08
B	Equipamentos a serem compartilhados entre os diversos turnos de execução		R\$ -
C	Equipamentos individualizados por profissional do posto - EPI's		R\$ 14,68
5	Total de Insumos Diversos – Módulo 5:		R\$ 29,76
SubTotal Módulos 1, 2, 3, 4 e 5:			R\$ 3.033,94

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra				
1	Tipo de serviço:		Digitalização	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº)			
Sindicatos - Vinculados à execução contratual			Sigla	CNPJ nº:
3	Categoria Profissional		CETEFE	26.444.653/0001-53
4	Sindicato Patronal		SENALBA - DF	00.627.679/0001-43
5	Data - Base da Categoria (dia/ mês):		01/05	
6	Vigência do <u>ACT</u> considerada:		01/05/22	01/05/22
DETALHAMENTO DO CUSTO DIRETO DO POSTO (CD)				
Planilha de Custo e Formação de Preços - Indexador (Segunda a Sexta)				
ITEM	DESCRIÇÃO		PERCENTUAL	VALOR (R\$)
1	Módulo 1: Composição da Remuneração			
A	Salário-Base			R\$ 1.501,00
B	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012 - Art. 193 - CLT)			
C	Adicional de Insalubridade			
D	Adicional Noturno			
E	Hora Noturna Adicional			
F	Adicional de Hora Extra			
Subtotal da Remuneração para incidência das contribuições sociais e custos trabalhistas:				R\$ 1.501,00
	Verbas de natureza indenizatória			
G	Indenização por Intervalo Intra jornada não concedido			R\$ -
1	Total da Remuneração – Módulo 1:			R\$ 1.501,00
2	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
	Submódulo 2.1 – Benefícios Mensais e Diários:			
A	Transporte			
B	Desconto Legal do Vale-Transporte (6% salário-base)			
C	Auxílio-Alimentação			R\$ 704,00
D	Plano de Saúde			R\$ 218,72
E	Seguro de Vida			R\$ 5,00
F	Assistência Odontológica			R\$ 22,95
G	Auxílio Funeral ao Empregado			
H	Contribuição Assistencial Patronal			
	Total de Benefícios Mensais e Diários - Submódulo 2.1:			R\$ 950,67
	Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:			
A	INSS		0,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC ou SEST		0,00%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC ou SENAT		0,00%	R\$ -
D	INCRA		0,00%	R\$ -
E	Salário-Educação		0,00%	R\$ -
F	FGTS		8,00%	R\$ 120,08
G	RAT ou antigo SAT/INSS		0,00%	R\$ -
H	SEBRAE		0,00%	R\$ -
I	PIS		0,00%	R\$ -
	Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições - Submódulo 2.2:		8,00%	R\$ 120,08
	Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias			
A	13º Salário		8,33%	R\$ 125,08
B	Adicional de Férias		2,78%	R\$ 41,69
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		0,89%	R\$ 13,34
D	Inc. Multa do FGTS rescisão sem justa causa sobre 13º e Adicional de Férias		0,36%	R\$ 5,34
	Total 13º Salário e Adicional de Férias – Submódulo 2.3:		12,36%	R\$ 185,45
	Submódulo 2.4 – Afastamento-Maternidade:			
A	Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade		0,07%	R\$ 1,11
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais		0,01%	R\$ 0,09
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o período de licença-maternidade		0,05%	R\$ 0,80
	Total Afastamento-Maternidade – Submódulo 2.4:		0,13%	R\$ 2,00
2	Total dos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários - Módulo 2:			R\$ 1.258,20
3	Módulo 3: Provisão para Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado		0,35%	R\$ 5,23
B	Incid. do submódulo. 2.2 sobre o reflexo do aviso prévio indenizado no 13º		0,002%	R\$ 0,03
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		0,011%	R\$ 0,17
D	Multa do FGTS para Rescisão sem justa Causa		3,20%	R\$ 48,03
E	Indenização Adicional		0,08%	R\$ 1,25
3	Total da Provisão para Rescisão – Módulo 3:		3,64%	R\$ 54,71
4	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			
A	Reposição relativa a Férias		8,33%	R\$ 125,08
B	Reposição relativa a Ausência por Doença		1,15%	R\$ 17,26
C	Reposição referente a Licença-Paternidade		0,02%	R\$ 0,31
D	Reposição em razão de outras ausências legais		0,28%	R\$ 4,17
E	Reposição relativa a Ausência por Acidente de Trabalho		0,33%	R\$ 5,00
F	Reposição devido a concessão de Aviso Prévio Trabalhado		0,10%	R\$ 1,46
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição		0,82%	R\$ 12,26
H	Incidência dos submódulos 2.3, 2.4 e módulo 3 sobre o Custo de Reposição		1,65%	R\$ 24,73
4	Total do Custo de Reposição do Profissional Ausente – Módulo 4:		12,68%	R\$ 190,27
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas constantes dos Módulos 2, 3 e 4:			36,81%	R\$ 552,51
5	Módulo 5: Insumos Diversos			
A	Uniformes			R\$ 15,08
B	Equipamentos a serem compartilhados entre os diversos turnos de execução			R\$ -
C	Equipamentos individualizados por profissional do posto - EPI's			R\$ 14,68
5	Total de Insumos Diversos – Módulo 5:			R\$ 29,76
SubTotal Módulos 1, 2, 3, 4 e 5:				R\$ 3.033,94

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
QUADRO RESUMO**

1. CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL: ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESP
CNPJ/MF: 26.444.653/000153
ENDEREÇO: SMPW QUADRA 28 CONJUNTO 2 LOTE 5 CASA B
REPRESENTAÇÃO: PRESIDENTE

2. CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL: IDEAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL LTDA
CNPJ/MF: 26.032.244/0001-40
ENDEREÇO: QS 03, Lote 03/09, Lojas 16/17, Térreo, Edifício Pátio Capital,
Taguatinga Sul, Brasília/DF, CEP 71953-000
REPRESENTAÇÃO: PROCURADOR

3. DO OBJETO

O presente instrumento representa o Ter termo aditivo ao Contrato de Cobertura de Assistência Médica, doravante denominado Contrato.

4. INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO PRINCIPAL

O CONTRATO foi firmado entre CONTRATANTE e CONTRATADA em 25 de setembro de 2018.

5. VIGÊNCIA/PRAZO DO PRESENTE INSTRUMENTO

O CONTRATO foi firmado entre CONTRATANTE e CONTRATADA em 25 de setembro de 2022.

6. LOCAL E DATA DE ASSINATURA

Brasília/DF, em 30 de agosto de 2022.

7. OBSERVAÇÕES

Não se aplica.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de Direito, CONTRATANTE e CONTRATADA, doravante conjuntamente denominadas PARTES, qualificadas no Contrato e no Quadro Resumo, anexo ao presente instrumento, neste ato representadas na forma de seus atos constitutivos, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando,

- (a) que, em 25/09/2018, CONTRATANTE e CONTRATADA celebram Contrato de Cobertura de Assistência Médica ("Contrato"), o qual estabelece as principais regras relativas à prestação, pela CONTRATADA, de serviços de assistência Médica;
- (b) que o Contrato estabelece as regras e critérios para aplicação de reajuste ao valor das contraprestações mensais devidas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- (c) que as PARTES, livremente, chegaram a um acordo com relação ao percentual de reajuste anual a ser aplicado ao Contrato e desejam formalizar seu entendimento relativo a este tema;
- (d) que as PARTES, resolvem atualizar as condições contratuais em conformidade as regras de anticorrupção e da Lei de Proteção de Dados.

Resolvem aditar o Contrato, de acordo com as cláusulas e condições abaixo descritas:

Cláusula Primeira – Da renovação do contrato

1.1. Fica pactuado entre as partes que o contrato nº. 210 será renovado por prazo indeterminado, a partir da assinatura do presente Instrumento, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação prévia de no mínimo 60 (sessenta dias).

Cláusula Segunda – Do índice de reajuste anual

2.1. A CONTRATANTE tem ciência e concorda que para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o reajuste ideal deveria ser de 10,71% (Dez inteiros e setenta e um centésimos por cento).

2.2. As PARTES pactuaram que, por negociação entre as partes, será aplicado reajuste de 08% (Oito por cento), devendo o contrato permanecer vigente até 25/09/2022.

2.2.1. Caso a CONTRATANTE exerça seu direito de rescisão previsto na cláusula 1.1 deste instrumento, antes do prazo disposto na cláusula 2.2. bem como na hipótese de exclusão de vidas em quantidade que reduza o número de beneficiários do contrato em número igual ou maior a 15% (quinze por cento) do total de vidas inscrita no último aniversário, fica acordado entre as partes que a

CONTRATADA poderá cobrar o valor correspondente a 3 (três) faturas, restabelecendo, portanto, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2.2.2. A disposição acima não será aplicada nos casos em que as exclusões decorram, comprovadamente, de empregados demissionários, de empregados aderentes a programas de demissão voluntária ou de fechamento de unidades.

2.2.3. A base de cálculo para a cobrança das 3 (três) faturas, mencionadas no item acima, levará em consideração o valor médio das últimas 12 (doze) faturas.

2.2.4. A CONTRATANTE, neste ato, concorda e se compromete com o referido pagamento, que ocorrerá no último mês de vigência do Contrato, através de fatura complementar.

2.3. As partes ratificam que o mês de aniversário do Contrato – SETEMBRO – permanece inalterado como data-base para a aplicação do reajuste anual. Ainda, a CONTRATANTE tem ciência e concorda que apesar da negociação disposta na Clausula 2.2. a próxima negociação de reajuste não será afetada e ocorrerá no próximo aniversário do contrato Setembro/2023.

Cláusula Terceira – Do preço

3.1. Em razão da aplicação do índice de reajuste descrito no item 2.2. acima, a partir de 25/09/2022, o valor os prêmios mensais devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser pagos antecipadamente, de acordo com os planos escolhidos por cada Beneficiário.

3.2. Os valores após a atualização seguirão conforme a tabela abaixo:

PLANOS		EXECUTIVO IDEAL
MENSALIDADES	FAIXA ETÁRIA	MENSALIDADE
	00 a 100 anos	218,72

Cláusula Quarta – Da alteração entre planos

4.1. Somente será permitida alteração entre os planos oferecidos no aniversário de vigência do contrato, sendo considerado o mês de competência de implantação.

Cláusula Quinta - Das regras de anticorrupção

5.1. As PARTES declaram que estão cientes, conhecem, entendem e observam integralmente as leis anticorrupção aplicáveis, em especial, mas sem limitar, a Lei

n.º 12.846, de 2013 (“Lei Anticorrupção”, em conjunto, as “Regras Anticorrupção”), comprometendo-se a abster de qualquer atividade que constitua uma violação à legislação anticorrupção vigente.

- 5.2. As PARTES, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome e por seus subfornecedores, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com a legislação anticorrupção vigente.
- 5.3. Na execução deste Contrato, as PARTES, por quaisquer de seus diretores, empregados, colaboradores, prepostos, agentes ou sócios agindo em seu nome, e por seus subfornecedores não poderá, em nenhuma hipótese: dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, agente público, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa, e que violem a legislação anticorrupção vigente.
- 5.4. Qualquer descumprimento de qualquer uma das PARTES e seus subfornecedores de quaisquer Regras Anticorrupção aplicáveis, ensejará a rescisão motivada e imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato, ficando, ainda, a PARTE descumpridora por indenizar à outra PARTE contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula Sexta – Proteção de dados Pessoais

- 6.1. As PARTES se comprometem a tratar os Dados Pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”).
- 6.2. Para fins deste Contrato, “Dados Pessoais” significam todas as informações tratadas pelas PARTES em razão deste Contrato em qualquer forma tangível ou intangível, ou que pessoalmente identifiquem ou tornem identificáveis quaisquer dos seus empregados, clientes, agentes, usuários finais, fornecedores, contatos ou representantes, “Dados Pessoais Sensíveis” são dados que dispõem sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à

vida sexual, ou dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, e “Tratamento” significa toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

- 6.3. As PARTES asseguram que, caso os Dados Pessoais sejam tratados por terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados, filiais, coligadas, subsidiárias, controladora e controladas), esses: estão obrigados a ter o mesmo nível de proteção aos Dados Pessoais estabelecidos neste Contrato e somente poderão realizar o tratamento para atender a(s) finalidade(s) para a(s) qual(is) o dado foi originalmente coletado e/ou compartilhado. De qualquer forma, as Partes, independentemente de estarem na condição de operador ou controlador, serão responsáveis, no limite disposto pela legislação aplicável, pelas ações e omissões realizadas por tais terceiros relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais.
- 6.4. Quando existirem operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, incluindo os dados relacionados à saúde e aos procedimentos realizados, a Parte envolvida deve garantir que as proteções técnicas apropriadas e aptas a manter a integridade, confidencialidade, disponibilidade e segurança destas informações sejam implementadas, incluindo, mas não se limitando às operações de criptografia. As PARTES concordam em realizar o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis apenas e quando estritamente necessário para cumprir as disposições contratuais ou obrigações legais decorrentes do presente Contrato.
- 6.5. É expressamente proibido remover, copiar, transferir ou de outra forma extrair Dados Pessoais (simples ou sensíveis) para plataformas externas à originalmente utilizada, comprometendo-se as PARTES a garantir que seus diretores, funcionários e colaboradores cumpram com tal restrição, salvo por acordo escrito entre as PARTES, hipótese na qual será requerida a apresentação de garantias suficientes que os Dados Pessoais extraídos sejam utilizados dentro das finalidades expressas neste Contrato e nos demais instrumentos aplicáveis à operação, e de que a extração ou interconexão pretendida atenda aos critérios mínimos de segurança e confiabilidade estabelecidos pela Parte que compartilhou os dados quando cabível, sempre que souber ou suspeitar que ocorreu um incidente de segurança, ou uma violação à Lei Geral de Proteção de Dados; investigar incidentes de segurança, tomando todas as medidas necessárias para eliminar ou conter eventual exposição, bem como quaisquer danos que possam recair sobre a outra Parte, inclusive cooperando com os esforços de investigação e remediação, se comprometendo, ainda, a fornecer os documentos e informações necessários para mitigar eventuais dados à outra Parte ; envia esforços razoáveis para garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas em todas as circunstâncias, na medida em que tenha capacidade de fazê-lo; manter devidamente atualizados os registros das operações de Tratamento de Dados Pessoais, que conterá a categoria dos dados tratados, os sujeitos envolvidos na atividade, qual a



finalidade das diversas atividades de Tratamento realizadas e por quanto tempo os Dados Pessoais serão processados e armazenados após o cumprimento de sua finalidade originária, assegurar que as informações pessoais tratadas em razão da finalidade celebrada neste instrumento permaneçam corretas e devidamente atualizadas, devendo as informações desatualizadas serem imediatamente corrigidas ou excluídas, cooperar mutuamente e razoavelmente na definição de uma solução para implementar os novos requisitos de proteção e segurança aos Dados Pessoais, caso assim a legislação vier a exigir; e permitir que a outra Parte ou seus representantes devidamente autorizados, desde que com aviso prévio razoável, inspecionem e/ou auditem suas dependências, caso haja indícios comprovados de infração as disposições do Contrato.

6.5.1. Caso seja necessária a transferência internacional de Dados Pessoais para o cumprimento do presente Contrato, AS PARTES deverão garantir a implementação das medidas de segurança necessárias para a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais transferidos, de acordo com as obrigações expressas pelas legislações cabíveis e pelas boas práticas de segurança cibernética.

6.6. As PARTES se comprometem ainda a:

- a) não reter quaisquer Dados Pessoais fornecidos ou de titularidade da outra Parte por um período superior ao necessário para o cumprimento de sua finalidade nos termos do presente Contrato e/ou para o cumprimento das suas obrigações legais, conforme permitido pela lei aplicável;
- b) após finalizado o contrato por qualquer causa, apagar e/ou destruir com segurança (mediante confirmação por escrito), ou devolver a Parte Controladora (quando solicitado) todos os documentos que contenham Dados Pessoais, a que a outra Parte tenha tido acesso durante a celebração e/ou execução do presente Contrato, bem como qualquer cópia destes, seja de forma física ou eletrônica, a menos que a sua manutenção seja exigida ou assegurada pela legislação vigente;
- c) não tratar Dados Pessoais em local diferente do estabelecido pelas Partes; e;
- d) colaborar mutuamente visando o integral cumprimento das disposições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados.

6.7. As PARTES se comprometem ainda a se auxiliarem no atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, de forma imediata, ou no máximo em 72 (setenta e duas) horas: a confirmação da existência do Tratamento; o acesso aos Dados Pessoais tratados; a correção dos Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos Dados Pessoais; a portabilidade dos Dados Pessoais; a informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizado o compartilhamento de dados; a informação das consequências da revogação do consentimento; e a informação dos fatores que levaram a uma decisão automatizada.

- 6.8. As PARTES declaram ter a ciência de que qualquer violação às regras previstas nesta cláusula, seja por parte de pessoas naturais (ainda que terceirizadas) ou pessoas jurídicas, seja por ato próprio, será considerada uma violação contratual, sujeitando o infrator, sem prejuízo das cominações legais, às sanções apropriadas e cabíveis a cada caso, sejam elas civis, administrativas e/ou criminais, sempre em conformidade com a legislação brasileira e/ou com este Contrato.
- 6.9. As PARTES concordam ainda em auxiliar e prestar suporte uma à outra, no caso de reclamações, danos, responsabilidades, despesas, multas e perdas resultantes do Tratamento, ou qualquer outra situação que exija o pagamento de valores pecuniários, desde que os eventos que levaram a tais consequências guardem qualquer relação com: falha de uma das Partes, ou de terceiros por este contratados, em cumprir com as disposições expostas neste instrumento; exposição accidental ou proposital de Dados Pessoais; e omissão ou negligência de uma das Partes ou de terceiros por este contratados em cumprir com as disposições expostas neste instrumento.
- 6.10. Não obstante qualquer disposição em contrário, as obrigações definidas neste Contrato, perdurarão enquanto as PARTES continuarem a ter acesso, estiverem na posse, adquirirem ou realizarem qualquer operação de Tratamento aos Dados Pessoais obtidos em razão da relação contratual, mesmo que os contratos entre as Partes tenham expirado ou tenham sido rescindidos.
- 6.11. Caso as PARTES destinatárias de ordem judicial ou comunicação oficial que determine o fornecimento ou divulgação de informações pessoais, deverá a Parte responsável notificar a outra Parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre o ocorrido, para que mutuamente, oportunizem a adoção, em tempo hábil, de medidas legais para impedir ou mitigar os efeitos decorrentes da divulgação dos Dados Pessoais relacionados a esta requisição ou objetos desta.
- 6.12. Caso alguma Parte seja demandada por qualquer pessoa, autoridade ou entidade, pública ou privada, em razão de vazamento de dados sob armazenamento, administração ou tratamento pela contraparte, fica garantido o direito de denúncia da lide, nos termos do artigo 125, II, do Código de Processo Civil.

Cláusula Sétima – Disposições finais

- 7.1 A CONTRATANTE obriga-se a dar ciência do teor do presente Termo Aditivo a sua (s) eventual (is) COCONTRATANTE (S).



7.2 Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas, itens e subitens das condições gerais do Contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

7.3 O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de 25/09/2022.

E por estarem assim de acordo, assinam o presente instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que sejam produzidos seus efeitos legais.

Brasília/DF, 30 de agosto de 2022.

CONTRATADA: IDEAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL LTDA
CNPJ: 26.032.244/0001-40

CONTRATANTE: ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESP
CNPJ: 26.444.653/000153

Testemunhas:

Nome: LORENA OLIVEIRA PEREIRA
CPF: 064.168.185-23

Nome: CÉLIA CARLOS DE OLIVEIRA
CPF: 953.403.781-87



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000288/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/05/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR024009/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.106698/2022-20
DATA DO PROTOCOLO: 30/05/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMP E C R A SOC O FORM PROF DE BRASILIA, CNPJ n.
00.627.679/0001-43, neste ato representado(a) por seu ;

E

ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPECIAL, CNPJ n.
26.444.653/0001-53, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **PROFISSIONAL, DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PLANO DA CNTEEC**, com abrangência territorial em **DF**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

PISO SALARIAL - Fica afixado o piso salarial da categoria em R\$ 1.501,00 (um mil e quinhentos e um reais) mensais a partir de 1º de maio de 2022.

Parágrafo Primeiro: No valor mencionado na cláusula supra, já estão acrescidos os dispositivos previstos na Lei 605/49 (repouso semanal remunerado e o pagamento nos dias feriados civis e religiosos), regulamentada pelo Decreto nº 27.048/49.

Parágrafo Segundo: Caso o salário mínimo fique com valor superior ao salário base da categoria, o mesmo deve ser igualado ao salário mínimo.

Parágrafo Terceiro: Fica mantido o piso salarial sem reajuste por um período de ano, exceto em ajuste referente ao salário mínimo.

Parágrafo Quarto: O piso salarial não se aplica ao colaborador do Grupo 5, devendo seguir as instruções do Termo de Acordo.

Parágrafo Quinto: Para os salários dos colaboradores do Grupo 1, deverão cumprir o estabelecido na Resolução 011/2021.

Parágrafo Sexto: Os Salários dos colaboradores abrangidos pelo acordo coletivo de trabalho, serão reajustados na data base 01 DE MAIO e repassado integralmente aos salários dos colaboradores da categoria após o repasse de repactuação efetivada pelo Órgão Gestor do Contrato.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL DA CATEGORIA

REAJUSTE SALARIAL DA CATEGORIA – A CETEFE concederá aos seus colaboradores 12% (doze por cento) de reajuste salarial, conforme acordo estabelecido com o sindicato laboral/Senalba-DF.

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a impossibilidade da manutenção do percentual de reajuste pela instituição/órgãos que a CETEFE presta serviço, poderá ocorrer alteração do índice por documentos comprobatório com aprovação do SENALBA por Termo Aditivo ao acordo coletivo vigente.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL ESPONTÂNEO

REAJUSTE SALARIAL ESPONTÂNEO - Os reajustes espontâneos ou compulsórios, a título de antecipação, havidos no período compreendido entre 01/05/2022 à 30/04/2023, na aplicação dos percentuais previstos no caput da cláusula poderão ser deduzidos no percentual a ser aplicado, salvo os decorrentes de promoção, transferência ou equiparação.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DATA DO PAGAMENTO

DATA DO PAGAMENTO Sem prejuízo das sanções penais, fica a CETEFE sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido aos empregados, além dos juros legais e correções monetárias, caso os salários não sejam pagos, ou seja, posto a disponibilidade do empregado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo único: Caso haja atraso no repasse financeiro dos convênios, contratos de prestação de serviço e projetos da CETEFE para pagamento dos salários, e que comprove, que o atraso foi gerado pelo atraso do repasse do convênio, contrato e projeto, fica dispensada da multa desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTRACHEQUE

CONTRACHEQUE – A CETEFE obriga-se a fornecer aos seus colaboradores, comprovante de pagamento (contracheque) em que conste, além dos créditos e descontos mensais, sua carga de horas mensais, o valor do salário-hora e o valor a ser creditado na conta vinculada do FGTS.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA OITAVA - TICKET ALIMENTAÇÃO

TICKET ALIMENTAÇÃO – A CETEFE concederá gratuitamente ao colaborador um ticket ou cartão de alimentação no valor de **R\$ 32,00 (trinta e dois reais)** por dia, na equivalência total mensal de 22 dias. Este valor será reajustado na mesma época e proporções que os demais reajustes salariais.

Parágrafo Primeiro: Concedido em pecúnia, não integra a remuneração salarial para fins rescisórios e reclamação trabalhista, bem como, não sofrerá a incidência e nem descontos do INSS e FGTS, exceto, quando a Instituição que a CETEFE presta serviço ou realiza projeto, estabelecer o repasse para integrar para fins trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Está cláusula não se aplica ao colaborador do Grupo 5, devendo seguir as instruções previstas do Termo de Acordo de Parceria com a CETEFE e ao colaborador do Grupo 3 e 4, que receberão conforme os dias estabelecidos para exercer a função de substituto.

Parágrafo Terceiro: Para os contratos que determinam a execução da carga horária de trabalho aos sábados, deverá incluir mais 4 dias de alimentação.

Parágrafo Quarto: No período de compensação não será fornecido o Ticket ou Cartão Alimentação, exceto quando, o mesmo for descontado no período de dispensa ou ausência.

Parágrafo Quinto: A critério da CETEFE, o Ticket Alimentação poderá ser fornecido na modalidade de cartão.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA NONA - VALE TRANSPORTE

VALE TRANSPORTE - Fica assegurado o direito de obtenção do vale transporte aos colaboradores que comprovadamente utilizem-se do mesmo para sua locomoção ao local.

de trabalho, estes valores não integrarão a base salarial para efeito de rescisão ou indenização de verbas trabalhistas devidas.

Parágrafo Primeiro: O desconto de 6% referente ao Vale Transporte não será aplicado, exceto, quando a CETEFE, Instituição que a CETEFE presta serviço ou Instituição vinculadas aos projetos, manifestar por escrito, contra aplicação do não desconto de 6%.

Parágrafo Segundo: Exclui o direito de vale transporte aos possuidores de passe-livre para pessoa com deficiência, exceto, se a Instituição que a CETEFE presta serviço ou realiza seus projetos, custear e autorizar o fornecimento do Vale Transporte.

Parágrafo Terceiro: O colaborador com deficiência que possui o passe-livre, assinará o Termo de Dispensa do Vale Transporte.

Parágrafo Quarto: O empregador concederá o Vale Transporte equivalente há 22 dias ao mês e quando for descontado no período de dispensa ou ausência, a CETEFE deverá fornecer o Vale Transporte na compensação.

Parágrafo Quinto: A critério da CETEFE, o Vale Transporte poderá ser fornecido na modalidade de cartão.

Parágrafo Sexto: A CETEFE poderá por meio de estudo econômico e financeiro, oferecer de forma temporária, o Vale Combustível. Este benefício, não incorporará ao salário do colaborador, não substitui o vale transporte e não será obrigação da CETEFE em atender todos os colaboradores, podendo a qualquer momento este benefício ser cancelado.

Parágrafo Sétimo: O fornecimento do Vale Combustível, não estabelece ou obriga a CETEFE, responsabilizar por sinistro ocorrido com o beneficiário do Vale Combustível.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA - PLANO DE SAÚDE E/OU ODONTOLÓGICO

PLANO DE SAÚDE e/ou ODONTOLÓGICO – Fica estabelecido aos colaboradores, a concessão de plano de saúde e/ou odontológico, que será disponibilizado individualmente para cada colaborador, quando:

a) O contrato de prestação de serviço (Grupo 2 de Colaborador) ou projeto (Grupo 5 de colaborador) constar e custear no termo contratual ou de projeto; e

b) A CETEFE por opção voluntária, disponibilizar aos colaboradores do Grupo 1, 3 e 4.

Parágrafo Primeiro: A adesão do plano de saúde e/ou odontológico pelo colaborador deverá seguir as normas do Plano de Saúde e/ou Odontológico em conformidade com as normas da ANS.

Parágrafo Segundo: Se o plano de saúde e/ou odontológico estabelecido pelo contrato de prestação de serviço, CETEFE ou projeto, for com participação, não será obrigação da CETEFE, custear o valor do colaborador.

Parágrafo Terceiro: O Plano de Saúde e/ou odontológico poderá ser cancelado, quando a Instituição Contratual ou de projeto, deixar de repassar o recurso para custear o Plano de Saúde e/ou odontológico ou quando a CETEFE, não disponibilizar de recursos de cobertura.

Parágrafo Quarto: O reajuste será realizado de acordo com a operadora do Plano de Saúde e/ou odontológico.

Parágrafos Quinto: O custo do reajuste do plano de saúde e/ou odontológico será repassado às Instituições Contratuais com CETEFE ou projetos que aprovaram custear o plano de saúde e/ou odontológico.

Parágrafos Sétimo: Os colaboradores que não optarem pelo plano de saúde e/ou odontológico, não terão o direito de exigir reembolso da CETEFE ou para a Instituição que a CETEFE presta serviço ou projeto, exceto se o contrato administrativo ou projeto autorizar o reembolso.

Parágrafos Oitavo: O colaborador do Grupo 2 e Grupo 3, que o contrato administrativo não constar ou custear o plano de saúde e/ou odontológico, poderá aderir ao plano de saúde e/ou odontológico oferecido pela CETEFE, conforme instruções internas da CETEFE.

Parágrafo Nono: O benefício de plano de saúde e/ou odontológico, não incorporará ao salário do colaborador e não estenderá como obrigação da CETEFE, a manutenção do benefício, podendo ser cancelado sem a obrigação de manter ativos os beneficiários que estão em tratamento.

Parágrafo Décimo: A classe, tipo, modelo e forma de participação do plano de saúde e/ou odontológico será estabelecida pelo contrato de prestação de serviço, pela CETEFE ou pelo Projeto.

Parágrafo Décimo Primeiro: O cancelamento do plano de saúde e/ou odontológico, não obriga a CETEFE, a sua manutenção, mesmo se o colaborador estiver em procedimento de tratamento.

Parágrafo Décimo Segundo: O benefício será pago ao colaborador no seu período de férias, salvo se o termo de contrato ou projeto não permitir.

Parágrafo Décimo Terceiro: O benefício será pago de forma integral à colaboradora afastada por motivo de licença maternidade, salvo se o termo de contrato ou projeto não permitir.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA SAÚDE E/OU ODONTOLÓGICO

ASSISTÊNCIA SAÚDE E/OU ODONTOLÓGICO – Fica estabelecido aos colaboradores do grupo 2 e grupo 5, a concessão de assistência saúde e/ou odontológico, quando o contrato administrativo constar e custear no termo contratual, sendo que será disponibilizado individualmente para cada colaborador em pecúnia ou da forma estabelecida pelo Termo Contratual com a CETEFE.

Parágrafo Primeiro: O pagamento do benefício será realizado em pecúnia, sendo que, estes valores integrarão a base salarial para efeito de rescisão ou indenização de verbas trabalhistas devidas.

Parágrafo Segundo: Fica determinado o valor mínimo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

Parágrafo Terceiro: O reajuste será feito conforme reajuste salarial determinado em ACT vigente levando em consideração a autorização da Instituição que a CETEFE presta serviço.

Parágrafos Quarto: O custo do reajuste será repassado aos contratos que tiverem adesão a assistência saúde e/ou odontológico, seguindo as instruções da Instituição que a CETEFE presta serviços.

Parágrafo Quinto: O benefício será pago ao colaborador no seu período de férias.

Parágrafo Sexto: O benefício será pago de forma integral à colaboradora afastada por motivo de licença maternidade.

Parágrafo Sétimo: A Assistência Saúde e/ou odontológico poderá ser cancelada, quando o contrato administrativo, deixar de repassar o recurso para assistência saúde e/ou odontológico, não sendo obrigação da CETEFE, a sua manutenção, mesmo se o colaborador estiver em procedimento de tratamento.

Parágrafos Oitavo: O colaborador que não optar pela Assistência Saúde, não será reembolsado pelo Contrato Administrativo ou pela CETEFE, salvo se o Termo Contratual de prestação de serviço ou projeto, constar e custear no termo contratual.

Parágrafos Nono: O Termo de Contrato de prestação de serviço ou projeto que constar e custear no termo contratual a assistência saúde, poderá dentro do valor estabelecido, autorizar a inclusão de assistência odontológica.

Parágrafos Décimo: Não será obrigação da CETEFE, oferecer assistência à saúde e/ou odontológico ao colaborador do contrato de prestação de serviço (Grupo 2 de colaborador) ou projeto (Grupo 5 de colaborador), que não constar e custear no termo contratual ou termo de parceria, a assistência saúde e/ou odontológico, bem como aos colaboradores dos Grupos 1, 3 e 4.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA

SEGURO DE VIDA – Fica determinado aos colaboradores do grupo 2 com contratos assinados após a homologação do presente acordo, o pagamento de seguro de vida no valor mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais), mensal, por colaborador presente em seu contrato, quando a Instituição que a CETEFE presta serviço, aprovar na planilha de custo contratual, bem como, autorizar aumento do mesmo.

Parágrafos Único: Não será obrigação da CETEFE, oferecer seguro aos colaboradores do Grupo 1, 3, 4 e 5.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LUCRO PARTICIPATIVO

LUCRO PARTICIPATIVO – Fica estabelecido aos colaboradores do grupo 2, que havendo interesse e aprovação da Instituição que a CETEFE presta serviço, poderá ocorrer à concessão dos lucros participativos da instituição que firmou contrato com a CETEFE.

Parágrafo Primeiro: A presente cláusula é de efeito livre da Instituição que a CETEFE presta serviço, não sendo obrigação de contemplar os colaboradores pelo lucro participativo, bem como, não poderá ser repassado a CETEFE, à obrigação de contemplar aos seus colaboradores, caso a Instituição não aprove o lucro participativo.

Parágrafo Segundo: Não será permitido à concessão dos lucros participativos da instituição que firmou contrato com a CETEFE para colaboradores dos Grupos 1, 3, 4 e 5, para os membros da Diretoria Executiva da CETEFE e para instituições terceirizadas.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CARTA DE REFERÊNCIA

CARTA DE REFERÊNCIA – A CETEFE fornecerá no ato da homologação, ao colaborador dispensado sem motivo justificado, uma carta de referência, desde que solicitada previamente, com antecedência de 5 (cinco) dias, antes da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE HOMOLOGAÇÕES NO SENALBA/DF

DA GARANTIA DE HOMOLOGAÇÕES NO SENALBA/DF - Fica garantido que as rescisões de contrato de trabalho dos empregados a partir de 12 (doze) meses de contrato de trabalho serão homologadas no Senalba/DF.

Parágrafo Primeiro -.As rescisões de contrato de trabalho levadas ao Sindicato serão cobradas o **valor de R\$ 30,00 (trinta reais) de TAXA DE CONFERÊNCIA DE CÁLCULO/HOMOLOGAÇÃO**, que deverá ser depositada na conta do BRB – AG. 208-C/C 600.137-6 – SENALBA/DF, CNPJ Nº 00.627.679.0001-43.

Parágrafo Segundo - Fica assegurado ao empregado que pagar a CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL prevista neste ACT ou que pagar a contribuição sindical anual prevista no artigo 578 e 579 da CLT a isenção, caso queira, do pagamento da TAXA DE CONFERÊNCIA DE CÁLCULO/HOMOLOGAÇÃO, prevista no § 1º desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - O agendamento da homologação, do termo de rescisão e pagamento das verbas rescisórias será realizado pelo Senalba/DF no prazo máximo de cinco dias a partir do pedido de designação de data pela Instituição.

Parágrafo Quarto - As homologações serão realizadas por ordem de chegada, com a presença de ambas as partes (empregado e empregador). Horário: 9:00 às 13:00hs - de 2ª a 6ª feira, podendo a mesma, ser realizada eletronicamente (on-line).

Parágrafo Quinto - Deverá a Instituição apresentar obrigatoriamente no ato da homologação, a guia de recolhimento da contribuição sindical dos empregados ou o comprovante de pagamento da TAXA NEGOCIAL coletiva com a lista dos trabalhadores contribuintes.

Parágrafo Sexto - No ato da homologação da rescisão contratual deverão ser apresentados os documentos previstos na sessão VI da Instrução Normativa SRT/MTE nº 15 de 15/07/2010.

Parágrafo Sétimo - Não serão homologadas as rescisões sem a apresentação dos documentos mencionados nos parágrafos 5º e 6º desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo – No ato da homologação, a CETEFE deverá disponibilizar um intérprete de libras, quando o colaborador for surdo

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DEMISSÃO E READMISSÃO

DEMISSÃO E READMISSÃO - Quando ocorrer demissão dos colaboradores dos grupos: 2, 3 e 4, a CETEFE poderá readmiti-lo sem a necessidade de cumprir o período de carência, promovendo desta forma à sua continuidade e a manutenção no mundo do trabalho.

Parágrafo Primeiro: A CETEFE terá a opção de no ato da renovação do contrato, ou mudança de função, firmar com a respectiva instituição de prestação de serviço, fazer ou não as rescisões contratuais.

Parágrafo Segundo: Se optar em fazer as rescisões contratuais, a CETEFE, poderá recontratar o colaborador de forma imediata na mesma instituição de prestação de serviço ou em outra instituição que com ela mantiver contrato firmado de prestação de serviço ou na Sede, sem as penalidades previstas no art. 2º, da Portaria 384, de 19 de junho de 1992.

Parágrafo Terceiro: Poderão ocorrer readmissões em contratos com salários inferiores quando não houve outro contrato com salário e função equivalentes.

Parágrafo Quarto: Quando ocorrer demissão por justa causa, a CETEFE, quando solicitado pelo colaborador demitido, fornecerá documento no qual conste descrição sucinta dos fatos que ocasionaram a demissão.

Parágrafo Quinto: Se optar em fazer a rescisão do colaborador do Grupo 1 – Sede para sua contratação em contratos firmados com a CETEFE, poderá recontratar o colaborador de forma imediata, sem as penalidades previstas no art. 2º, da Portaria 384, de 19 de junho de 1992.

Parágrafo Sexto: O colaborador ao ser readmitido na CETEFE, mesmo de forma imediata com objetivo da sua manutenção no emprego, ele deverá enquadrar-se nas instruções contratuais de sua lotação, não sendo obrigado a CETEFE, garantir e manter os benefícios da lotação anterior.

Parágrafo Sétimo: Quando ocorrer a finalização do contrato no mês que antecede a data base terá exceção e poderá ocorrer o desligamento por parte da CETEFE dos colaboradores do Grupo 2, 3, 4 e 5.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO - Não havendo necessidade de trabalho, a CETEFE dispensará o colaborador do cumprimento total ou parcial de sua jornada de trabalho, avisando com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sem ônus financeiro para o colaborador.

Parágrafo Primeiro: A dispensa da CETEFE nos ambientes terceirizados, dependerá da autorização da CETEFE, da instituição que presta serviço ou da Instituição Parceira.

Parágrafo Segundo: As horas dispensadas pela CETEFE poderá ser computada no banco de horas.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBSTITUIÇÃO

SUBSTITUIÇÃO – A substituição temporária ocorrerá pelo colaborador do Grupo 3 - Substituto ou pelo colaborador do Grupo 4 - Temporário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PERMUTA, REMOÇÃO, REMANEJAMENTO E PROMOÇÃO DE FUNÇÃO

PERMUTA, REMOÇÃO, REMANEJAMENTO E PROMOÇÃO DE FUNÇÃO - Atenderá conforme aprovado na Resolução da CETEFEE nº 005/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HABEAS DATA

HABEAS DATA – Quando o colaborador, solicitar por escrito, a CETEFEE deverá colocar à disposição que assim desejar todas as informações, observações, assentamentos e avaliações a seu respeito, mantidos pela instituição, se esses forem existentes.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORAS

COMPENSAÇÃO DE HORAS - Será permitida a compensação da jornada de trabalho do sábado pelo acréscimo do número de horas correspondentes aos dias úteis de segunda a sexta-feira, desde que não ultrapasse a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, independentemente de homologação no SENALBA/DF e de assinatura de acordo individual. Os colaboradores poderão adotar o regime de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas, com relação aos guardas, agente de portaria, vigias e vigilantes, entre outras funções de escala.

Parágrafo Primeiro: Em caso de ausência injustificada, fica estipulado que independente da jornada de trabalho do colaborador, ele poderá compensar em período inverso, desde que autorizado previamente pela CETEFEE ou pela instituição que a CETEFEE presta serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS

BANCO DE HORAS - Nos termos do artigo 59 da CLT como redação que lhe deu a lei 9.601 de 22 de janeiro de 1998, as partes convenientes instituem o Banco de Horas, procedimento que se regerá pelo presente instrumento e cuja principal característica é a dispensa de acréscimo de salário se, a critério exclusivo do colaborador, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, dentro do prazo legal de 3 (três) meses.

Parágrafo Primeiro: Em situação de extrema necessidade e extraordinária (pandemia, catástrofes, alterações climáticas, interdição do prédio etc.), poderá aplicar sistema de rodízio, escala, entre outras formas para continuidade das atividades laborais que irá compor o banco de horas não trabalhadas para compensação, respeitando as instruções da CETEFE e dos acordos com a Instituição que a CETEFE presta serviço ou Instituição Parceira.

Parágrafo Segundo: compensação de jornada de trabalho já em vigor pelo qual o acréscimo de horas de segunda-feira até sexta-feira é compensado pelo não trabalho aos sábados poderá ser objeto de remanejamento a critério da CETEFE, para plena aplicação do princípio que constitui o banco de horas. Em qualquer hipótese a jornada diária do colaborador não excederá 10 (dez) horas diárias e não poderá dispor o colaborador desta faculdade de modo a envolver mais do que 176 horas, há quatro meses no regime de compensação.

Parágrafo Terceiro: Nos casos de pandemia, poderá ampliar o prazo legal de 3 meses para até 18 meses, podendo desta forma, ampliar a carga máxima de 176 horas e o total de quatro meses no regime de compensação.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIGITALIZADOR, PREPARADOR, INDEXADOR, CLASSIFICADOR, DESCRITOR, REVISOR, AT

DIGITALIZADOR, PREPARADOR, INDEXADOR, CLASSIFICADOR, DESCRITOR, REVISOR, ATENDENTE

Fica determinado que os cargos de Digitalizador, Preparador, Indexador, Classificador, Descritor, Revisor, Atendente e Validador deverá cumprir com carga semanal de trabalho de 36 horas.

Parágrafo Primeiro: Poderá ocorrer a inclusão de outros cargos com carga semanal de trabalho de 36 horas, respeitando a necessidade e instruções contratuais e projeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

JORNADA DE TRABALHO – Fica determinado aos colaboradores a jornada de trabalho com duração:

a) Total de 6 (seis horas) diárias, sendo 5:45 (cinco horas e quarenta e cinco minutos) de tempo de trabalho e 0:15 (quinze minutos) de intervalo.

b) Total de 8 (oito horas) diárias, sendo intervalo de 30 (trinta) minutos a 2 (duas) horas, com aprovação da CETEFE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DAS FALTAS

ABONO DAS FALTAS - As faltas serão abonadas nas seguintes situações:

Parágrafo Primeiro: Serão abonadas as faltas dos colaboradores mediante apresentação de atestado firmado pelos profissionais médico, psicólogo, fisioterapeuta ou dentista, devidamente registrado no Conselho da Classe, desde que comunicado e apresentado na chefia imediata, até 72 (setenta e duas) horas após o início da primeira falta.

Parágrafo Segundo: Será abonada a falta do colaborador que deixar de comparecer ao serviço quando prestar vestibular, avaliação do MEC, seleção de concurso público, seleção de Pós-Graduação ou convocação Pública Federal ou Distrital, nos dias da realização do mesmo, desde que a chefia imediata do colaborador seja notificada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e posteriormente faça a comprovação do alegado, desde que, o abono não possa inviabilizar o funcionamento das atividades da CETEFE.

Parágrafo Terceiro: O cálculo dos descontos decorrentes de faltas será efetuado sobre o salário base, aplicados sobre o número de horas não trabalhadas no dia, acrescidas de repouso semanal correspondente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOENÇA DO CONJUGE OU DEPENDENTE

DOENÇA DO CONJUGE OU DEPENDENTE - As faltas ao trabalho por motivo de doença do cônjuge, dependente menor ou os pais sob sua guarda, desde que comprovado por atestado médico da área que o colaborador esteve acompanhando, serão abonadas até 03 (três) dias ao ano, desde que comunicado e apresentado até 48 (quarenta e oito) horas após o início da primeira falta.

Parágrafo Primeiro: A CETEFE poderá abonar até 05 (cinco) dias, quando for acompanhamento de internação hospitalar do(a) filho(a) e cônjuge.

Parágrafo Segundo: A CETEFE poderá avaliar aprovação de ampliar os dias de dispensa para internação hospitalar, bem como para casos de acompanhamento de internação dos pais.

Férias e Licenças

Licença Maternidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE

Prorrogação de Licença Maternidade: Fica garantido o direito de atestado amamentação de 15 dias.

Licença Adoção

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA ADOÇÃO

LICENÇA ADOÇÃO – A associação estenderá a licença adoção prevista em Lei 12.010/2009, ao colaborador adotante.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LICENÇA GALA

LICENÇA GALA - Fica estabelecido que a licença para casamento do colaborador será de 03 (três) dias consecutivos conforme CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LICENÇA NOJO

LICENÇA NOJO - Fica estabelecido que a licença nojo do colaborador será de 02 (dois) dias consecutivos conforme CLT, podendo a CETEFE avaliar a necessidade de ampliar o prazo da licença

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORMES

UNIFORMES - Fica assegurado ao colaborador, o fornecimento gratuito de uniformes, quando for exigência:

- a) Da Instituição que a CETEFE presta serviço;
- b) Da Instituição Parceira para desenvolvimento do projeto da CETEFE; e
- c) Da exigência da CETEFE, aos colaboradores da Sede, substituto ou Contrato Temporário.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CIPA

CIPA – A participação do colaborador na CIPA será conforme NR 05 e instruções complementares.

Parágrafo Primeiro: Quando ocorrer encerramento do contrato de prestação de serviço do colaborador membro da CIPA, a CETEFE deverá fazer o seu remanejamento para outro contrato. Não havendo vaga em outro contrato, o colaborador membro da CIPA será lotado na Sede da CETEFE, até o surgimento de uma vaga no contrato, reservando a CETEFE, optar em mantê-lo na Sede.

Parágrafo Segundo: Reserva a CETEFE, definir qual o contrato ou Unidade Sede que o colaborador será remanejado.

Parágrafo Terceiro: Não poderão ser membros da CIPA, os colaboradores dos Grupos 3, 4 e 5.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO DE ESTADO GRAVÍDICO

COMUNICAÇÃO DE ESTADO GRAVÍDICO - A colaboradora obriga-se a apresentar a CETEFE, assim que tomar conhecimento do seu estado gravídico, atestado médico comprobatório. Não apresentando o atestado ou vindo a apresentá-lo após a sua

demissão, a empresa poderá reintegrar a colaboradora sem o pagamento dos dias parados, compensando as verbas rescisórias paga com os salários vincendos.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ACESSO

ACESSO - Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes e delegados sindicais à sala dos colaboradores, nos horários de intervalo, para tratarem de assuntos do interesse da categoria, comunicando à CETEFE com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, podendo ocorrer no máximo 06 (seis) vezes por ano.

Parágrafo Único: A liberação da CETEFE, nos ambientes terceirizados, dependerá da autorização da Instituição que a CETEFE presta serviço ou Instituição Parceira, bem como, o Sindicato deverá seguir as orientações das Instituições que a CETEFE presta serviço ou Instituições Parceiras.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO / TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

CONTRIBUIÇÃO / TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS - A Contribuição de Negociação Coletiva referente aos colaboradores, devida por negociação coletiva realizada, será descontada a cada ano, conforme vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, na folha de pagamento no mês em que for registrado / homologado o Acordo Coletivo de Trabalho no órgão competente, **no percentual de 3,5% (três e meio por cento)**, que deverá ser **pago no mês da homologação do presente acordo**, incidentes sobre a remuneração do empregado, a favor do SENALBA/DF, que sejam beneficiados por esse Acordo Coletivo de Trabalho, sindicalizados, por meio de depósito na conta do SENALBA/DF, CNPJ Nº 00.627.679.0001-43 - BANCO DE BRASILIA - BRB – AG. 208-CONTA 600.137-6.

Parágrafo Primeiro - A CETEFE deverá apresentar a guia de depósito da CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL Coletiva ou da contribuição sindical prevista nos Art. artigos 578, 579, 582, 583, 587 e 602, 611-b.

Parágrafo Segundo - As normas constantes na presente Cláusula

“**CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS**”, serão aplicadas de forma geral e imediata a todos os contratos de trabalho vigentes e futuros.

Parágrafo Terceiro - Os colaboradores admitidos posteriormente à homologação do acordo coletivo de trabalho deverão enviar carta de autorização ao Sindicato para aderir ao Acordo Coletivo de Trabalho em até 10 dias após a assinatura do contrato junto à empresa.

Parágrafo Quarto - Para os contratos de prestação de serviço ou projetos firmados fora do Distrito Federal, será realizado por meio de Termo Aditivo vinculado ao presente Acordo Coletivo / Sindicato, com custo estabelecidos na presente cláusula.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO DOS COLABORADORES E LOTAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DOS COLABORADORES E LOTAÇÃO

O presente acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFÉ), acordante abrangerá a classificação dos colaboradores com abrangência em Território Nacional, classificados em cinco grupos de colaboradores:

Grupo 1: Colaborador Sede: Classifica-se os colaboradores contratados para exercer suas funções na(s) Unidade(s) Sede e/ou serviços de acompanhamento, fiscalização e controle em Território Nacional.

Grupo 2: Colaborador Contrato: Classifica-se os colaboradores contratados para exercer suas funções nos Contratos de Prestação de Serviços da CETEFÉ em Território Nacional.

Grupo 3: Colaborador Substituto: Classifica-se os colaboradores contratados para exercer suas funções nos Contratos e Sede para substituir o colaborador de férias, ausência temporária, falta, recesso, afastamento, entre outra necessidade de substituir o colaborador da CETEFÉ em Território Nacional.

Grupo 4: Colaborador Temporário: Classifica-se os colaboradores contratados para exercer suas funções nos Contratos e Sede para substituir o colaborador de férias, ausência temporária, falta, recesso e afastamento, entre outra necessidade de substituir o colaborador da CETEFÉ, conforme estabelece a legislação própria para contrato temporário em Território Nacional.

Grupo 5: Colaborador de Projetos: Classifica-se os colaboradores contratados para exercer suas funções nos projetos firmados entre instituições públicas ou privadas com a CETEFÉ em Território Nacional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO.

O descumprimento das obrigações de fazer estabelecidas no presente ACT – ACORDO COLETIVO DE TRABALHO sujeitará ainda o infrator à multa igual a 5% (cinco por cento) do piso base da categoria do colaborador, por cada infração, a cada mês, por cada trabalhador, devendo o valor apurado ser revertido em favor do Senalba/DF.

Parágrafo único: Caso seja necessário o ajuizamento de ação judicial para cobrar os valores devidos em razão do descumprimento de qualquer das Cláusulas do ACT, será devido, ainda, pelo infrator, honorários advocatícios no percentual de 20% do valor total apurado.

TARCISIO BRANDAO MELO
Presidente
SINDICATO DOS EMP E C R A SOC O FORM PROF DE BRASILIA

ROMULO JUNIO SOARES
Presidente
ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPECIAL

ANEXOS ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.